

**PROVA TIPO 3 - AMARELA - XXXIII EXAME OAB - 1ª FASE**

**QUESTÕES DE 76 a 80 - Direito Processual do Trabalho**

**Prof. Aryanna Linhares**

**QUESTÃO NÚMERO 76**

**GABARITO PRELIMINAR: D**

**COMENTÁRIO: (QUESTÃO)** Renata, professora de Artes, lecionou na Escola do Futuro. Em sede de reclamação trabalhista, um de seus pedidos foi julgado improcedente, sendo certo que o que você pleiteava, na qualidade de advogado(a) de Renata, estava fundamentado na aplicação incontroversa de súmula do TST a respeito da matéria. Ainda assim, o TRT respectivo, ao julgar seu recurso, manteve a decisão de primeira instância.

Considerando que a referida decisão não deixou margem à oposição de embargos de declaração, assinale a opção que indica a medida jurídica a ser adotada.

- A) Interposição de agravo de instrumento.
- B) Interposição de agravo de petição.
- C) Ajuizamento de ação rescisória.
- D) Interposição de recurso de revista.**

**Comentários:** Em face da decisão do TRT em recurso ordinário que contraria súmula do TST é cabível recurso de revista para o TST, nos termos do art. 896 da CLT. Portanto, a alternativa correta é a letra “d”. As demais hipóteses são completamente inaplicáveis ao caso em questão. O agravo de instrumento (letra a) é cabível apenas em face da decisão do juízo “a quo” que denega seguimento ao recurso. O agravo de petição (letra “b”) é cabível apenas na execução. E, por fim, a ação rescisória (letra “c”), também é descabida, visto que objetiva desconstituir decisão transitada em julgado, que não é o caso.

**QUESTÃO NÚMERO 77**

**GABARITO PRELIMINAR: D**

**COMENTÁRIO: (QUESTÃO)** Maurício ajuizou reclamação trabalhista, em agosto de 2021, contra a sua ex-empregadora, a sociedade empresária Sorvetes Glacial Ltda., postulando o pagamento de horas extras e verbas resilitórias.

No dia da audiência inaugural, feito o pregão com pontualidade, o autor compareceu acompanhado de seu advogado, estando ainda presente o advogado da empresa, mas ausente o preposto. O advogado do

réu requereu que se aguardasse o prazo de 15 minutos, mas diante da negativa do advogado do autor, que não concordou em aguardar, teve início a audiência.

O advogado do autor requereu a aplicação da revelia e o advogado do réu informou que havia protocolizado defesa com documentos pelo processo judicial eletrônico (PJe), requerendo que fossem recebidos.

Diante da situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Deverá ser aplicada a revelia em razão da ausência do preposto e desprezada a defesa.
- B) Há nulidade do ato porque a CLT determina que se aguarde a parte até 15 minutos após o horário designado.
- C) Sendo a CLT omissa a respeito, caberá ao juiz definir se haverá revelia ou remarcação da audiência.
- D) A defesa e os documentos apresentados devem ser aceitos.**

**Comentários:** A alternativa correta é a letra “d”. Nessa questão, o examinador cobra exatamente a situação disciplinada pelo art. 844, § 5º, da CLT: ainda que o preposto não compareça em audiência, se o advogado estiver presente, o juiz deve receber a defesa e os documentos por ele apresentados. No enunciado, está claro que o advogado havia protocolizado defesa com documentos pelo processo judicial eletrônico (PJe), requerendo que fossem recebidos. Assim, a resposta correta é a referida na letra d, segundo a qual ‘A defesa e os documentos apresentados devem ser aceitos’.

#### **QUESTÃO NÚMERO 78**

##### **GABARITO PRELIMINAR: A**

**COMENTÁRIO: (QUESTÃO)** Uma sociedade de economia mista do Estado do Maranhão, após devidamente citada em reclamação trabalhista de um empregado, apresentou defesa e produziu provas em juízo, mas foi condenada na sentença.

Assinale a opção que, de acordo com a CLT, indica o prazo que a empresa em questão possui para recorrer ao TRT.

- A) 8 dias úteis.**
- B) 16 dias úteis.
- C) 8 dias corridos.
- D) 16 dias corridos.

**Comentários:** De acordo com o art. 173, § 1º, II, da CF, as sociedades de economia mista sujeitam-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações trabalhistas. Dessa forma, em face da sentença condenatória é cabível recurso ordinário, no prazo normal de 8 dias úteis, nos termos do art. 895, I, da CLT, como referido na alternativa “a”.

**QUESTÃO NÚMERO 79**

**GABARITO PRELIMINAR: B**

**COMENTÁRIO: (QUESTÃO)** A sociedade empresária Refeições Tempero de Casa Ltda. é ré em uma reclamação trabalhista movida por sua ex-empregada Rosângela, que lá atuou como cozinheira. Após devidamente contestada e instruída, foi prolatada sentença, em outubro de 2021, julgando os pedidos procedentes em parte. Ocorre que no mesmo dia da publicação da sentença, a sociedade empresária teve sua recuperação judicial deferida pela justiça estadual. Nada foi decidido a respeito de gratuidade de justiça para a sociedade empresária.

Diante da situação apresentada, da previsão contida na CLT e considerando que a sociedade pretende recorrer da sentença, assinale a afirmativa correta.

A) Com a recuperação judicial deferida, a sociedade empresária fica dispensada de efetuar qualquer preparo para recorrer.

**B) A sociedade empresária terá de recolher as custas, mas não precisará efetuar o depósito recursal para recorrer.**

C) Como a sociedade empresária não teve a falência decretada, mas sim a recuperação judicial deferida, efetuará normalmente o preparo.

D) A sociedade empresária, diante da recuperação judicial deferida, pagará metade das custas e do depósito recursal.

**Comentários:** Em síntese, a questão refere-se a uma empresa em recuperação judicial que pretende recorrer e questiona o candidato acerca das custas e do depósito recursal. Não há dispositivo legal ou entendimento jurisprudencial que dispense o recolhimento das custas processuais. Entretanto, o art. 899, § 10, da CLT, dispensa as empresas em recuperação judicial de realizarem o depósito recursal. Dessa forma, a empresa deverá recolher integralmente as custas, ficando dispensada do depósito recursal, como consta na alternativa “b”.

**QUESTÃO NÚMERO 80**

**GABARITO PRELIMINAR: D**

**COMENTÁRIO: (QUESTÃO)** Duas irmãs costureiras trabalharam juntas em uma confecção. A mais velha era empregadora da mais nova, que gerenciava a atividade. Devido a um desentendimento em família, a irmã mais nova foi dispensada.

Em decorrência da relação fraternal, chegaram a um bom termo sem a necessidade de ajuizamento da demanda. Porém, por segurança de ambas, gostariam de ver garantidos, judicialmente, os termos do acordo e procuraram você, como advogado consultor.

Diante disso, observados os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes deverão obrigatoriamente estar representadas por advogado, ainda que comum.

- B) Deverá ser ajuizada uma ação trabalhista e realizado um acordo na primeira audiência, vigorando o jus postulandi.
- C) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes não precisarão estar representadas por advogado, em razão do jus postulandi.
- D) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes deverão obrigatoriamente estar representadas por advogados distintos.**

**Comentários:** Para evitar o ajuizamento de uma reclamação trabalhista e, ao mesmo tempo, salvaguardar judicialmente os interesses das partes, é cabível o pedido de homologação de acordo extrajudicial. Para tanto, ambas as partes deverão estar assistidas por advogados distintos, nos termos do art. 855-B, caput e § 1º, da CLT, sendo exatamente o que consta na alternativa “d”.

**Aryanna Linhares**



**Professora de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho e Advogada. Mestranda em Direito do Trabalho pela Universidade de Coimbra, Portugal. Autora de obras jurídicas da área trabalhista publicadas pela editora Juspodivm. Palestrante. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Processo Civil.**

**PÓS-PROVA**  
**XXXIII EXAME OAB**  
**1ª FASE**

**DIA 17/10**

**G GRAN CURSOS**  
**ONLINE**